

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XI
INTRODUÇÃO	XV

CAPÍTULO I

FUNDAMENTO JURÍDICO DO PROCEDIMENTO DE CONSULTA FISCAL

1. Fundamento constitucional da consulta fiscal	1
2. Consulta fiscal e direito de petição	3
3. Processo ou procedimento?	7
3.1. Procedimento administrativo de consulta fiscal	10
4. Princípios jurídicos relevantes para o procedimento de consulta fiscal	12
4.1. Princípio da segurança jurídica	12
4.2. Princípio da legalidade	15
4.3. Princípio do devido processo legal	18
4.4. Princípio da motivação	18
4.5. Princípio da publicidade	21
5. Competência para legislar sobre o procedimento de con- sulta fiscal (federal, estadual e municipal)	22
6. Veículo introdutor das normas sobre procedimento de con- sulta fiscal	25
7. A legislação vigente sobre o procedimento de consulta fiscal	27
7.1. No âmbito federal	27
7.2. Nos âmbitos estadual e municipal	31

CAPÍTULO II

FUNÇÃO NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A tripartição das funções do Estado	33
2. Função normativa regulamentar da Administração Pública	34
2.1. O exercício da função regulamentar da Administra- ção no procedimento de consulta fiscal	36

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DA CONSULTA FISCAL

1. A tríade: enunciado prescritivo (texto normativo), fato e dúvida	39
1.1. Enunciado prescritivo (texto normativo)	39
1.2. O fato	42
1.3. A dúvida	45
1.3.1. As situações de dúvida	48
2. O requisito implícito da boa-fé	49
3. Requisitos legais que exteriorizam a boa-fé	50
3.1. Inexistência de procedimento instaurado para apura- ção de crédito tributário ou de intimação para cumprir a obrigação tributária	50

3.2. A inexistência de “disposição literal de lei” definindo a matéria consultada.....	53
3.3. Inexistência de ato normativo definindo a matéria consultada.....	56
3.4. Inexistência de lançamento sobre o fato consultado.....	58
3.5. Inexistência de consulta anterior no mesmo sentido, formulada pelo consulente.....	58
3.6. Impossibilidade de a consulta versar sobre constitucionabilidade ou legalidade da legislação tributária.....	59

CAPÍTULO IV

A CONSULTA FISCAL

1. Legitimidade ativa <i>ad consultam</i>	63
1.1. Critérios que determinam a legitimação.....	63
1.2. Consulente – sujeito passivo.....	64
1.3. Consulente – entidade representativa de categoria econômica ou profissional.....	66
1.4. Consulente – órgão da Administração Pública.....	69
2. Petição de consulta.....	71
2.1. Forma.....	71
2.1.1. Qualificação do consulente.....	72
2.2. Conteúdo da consulta fiscal – exposição da matéria consultada.....	73
3. Garantia de gratuidade da consulta fiscal?.....	74
4. Efeitos jurídicos da apresentação da consulta fiscal.....	75
4.1. Óbice à instauração de procedimento fiscal contra o consulente.....	76
4.2. Suspensão do curso do prazo para pagamento do tributo (prorrogação do vencimento do crédito tributário).....	77
4.3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	81
4.4. Óbice à realização de lançamento tributário.....	85
4.5. Impedimento/suspensão da fluência de juros de mora.....	86
4.6. Impedimento/suspensão da imposição de penalidades – denúncia espontânea.....	87

CAPÍTULO V

O ATO ADMINISTRATIVO DE RESPOSTA À CONSULTA FISCAL

1. Competência para responder à consulta fiscal.....	91
1.1. Competência no âmbito da Administração tributária federal.....	93
1.2. Competência no âmbito das Administrações estaduais e municipais.....	95
2. Natureza jurídica do ato administrativo de resposta (ato normativo regulamentar).....	97
3. O conteúdo do ato de resposta.....	101

3.1. Resultado de uma interpretação	101
3.2. A inexistência da resposta correta.....	102
3.3. Interpretação e discricionariedade	104
3.4. O conteúdo possível do ato de resposta.....	106
4. Prazo para resposta à consulta	107
5. Decisão que julga a consulta fiscal ineficaz	109
6. Decisão que responde à consulta fiscal.....	112
6.1. Efeitos da decisão que responde à consulta fiscal	113
6.1.1. Para o consulente	113
6.1.2. Para a Administração Pública	114
6.1.3. Para terceiros	115
7. Publicidade do ato de resposta	117
7.1. Comunicação do ato de resposta para o consulente (condição de validade do ato)	117
7.2. A publicação do ato de resposta (exigência de atendi- mento ao interesse público)	118

CAPÍTULO VI

A ALTERAÇÃO DO ATO DE RESPOSTA À CONSULTA

1. A recorribilidade no procedimento de consulta fiscal	121
1.1. Inexistência da garantia do duplo grau	121
1.2. Recurso voluntário	122
1.3. Recurso especial – solução de divergência	124
2. A revogabilidade do ato de resposta à consulta	127
2.1. A inexistência de coisa julgada administrativa e os li- mites ao poder de revogar	127
2.2. A revogação do ato de resposta à consulta e seus efeitos	128
2.3. A “revogação benéfica” da resposta e seus efeitos	133
2.4. Formas indiretas de revogação do ato de resposta	136
3. Invalidação do ato de resposta.....	137
3.1. A invalidação do ato de resposta pela Administração e seus efeitos	137
3.2. A invalidação do ato de resposta e o direito à restitui- ção de tributo e à indenização	140
3.3. Os limites à invalidação do ato de resposta no âmbito judicial	145
3.4. Do cabimento de mandado de segurança em face do ato de resposta	147
CONCLUSÕES	153
BIBLIOGRAFIA.....	163